PARECER TÉCNICO

Assunto: Análise da Inconstitucionalidade e Ilegalidade da Portaria Interministerial MESP/MJSP nº 30/2025, da Portaria nº 260 COLOG/C Ex, de 9 de junho de 2025, da Portaria nº 166 COLOG/C Ex, de 22 de dezembro de 2023, e do Art. 2º, XXXIX do Decreto nº 11.615/2023, à luz da Lei nº 10.826/03, da Constituição Federal, da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé) e da Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (UNESCO/2015), com enfoque na autonomia das entidades desportivas de tiro.

I. INTRODUÇÃO

O presente parecer técnico tem por objetivo analisar a conformidade do conjunto normativo formado pela Portaria Interministerial MESP/MJSP nº 30, de 04 de abril de 2025¹, pela Portaria nº 260 COLOG/C Ex, de 9 de junho de 2025², pela Portaria nº 166 COLOG/C Ex, de 22 de dezembro de 2023³, e pelo Artigo 2º, inciso XXXIX, do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023 (compilado com o Decreto nº 12.345/2024)⁴. Esta análise será realizada em face da Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), da Constituição Federal de 1988 (Art. 217), da Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) e da Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (UNESCO/2015)⁵.

A controvérsia central reside na aparente subordinação da autonomia e do funcionamento de confederações e ligas brasileiras de tiro a critérios que,

embora pertinentes para o controle de armas e o alto rendimento específico para fins de armas de fogo, não deveriam ser impostos como condição para o reconhecimento e a existência de entidades desportivas em sua integralidade, especialmente aquelas que não possuem o alto rendimento como sua finalidade precípua.

II. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONTEXTO NORMATIVO

Para uma análise completa, faz-se necessário esquadrihar os dispositivos legais e normativos envolvidos:

II.1. Da Constituição Federal de 1988 (CF/88):

“Art. 217. É dever do Estado fomentar as práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:⁶

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;⁷

II - o fomento às práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

a) a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, do desporto de alto rendimento;⁸ (...)”⁹

O Art. 217, inciso I, da CF/88, garante a **autonomia das entidades desportivas** quanto à sua organização e funcionamento, sendo um pilar fundamental da liberdade de auto-organização do desporto no Brasil. O inciso II direciona o fomento estatal, distinguindo o desporto educacional do alto rendimento, mas

sem criar uma hierarquia que subordine as demais manifestações desportivas a um controle estatal irrestrito ou a um modelo único de fomento.

II.2. Da Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé):

A Lei Pelé regula o esporte no Brasil, fundamentada em princípios que visam garantir o pleno desenvolvimento do esporte como direito social¹⁰.

*“Art. 2º O esporte, como direito individual, tem como base os princípios: I - da soberania; II - da autonomia; III - da democratização; IV - da liberdade; X - da descentralização;”*¹¹

O **Art. 13 da Lei Pelé** define o Sistema Nacional do Desporto como o conjunto de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, responsáveis pela coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto, incluindo¹² a Justiça Desportiva. Esse sistema tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento¹³. A amplitude dessa definição demonstra que o sistema desportivo nacional não se restringe ao alto rendimento, mas abarca todas as manifestações.

*“Art. 16. As entidades de prática desportiva e as entidades de administração do desporto são associações privadas, com personalidade jurídica e organização e funcionamento autônomos, e respondem por seus atos e obrigações, na forma da lei e de seus estatutos.”*¹⁴

“§ 2º As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades nacionais de administração do desporto, vedado a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação.”¹⁵

“§ 3º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos ou contratos sociais das respectivas entidades de administração do desporto.”¹⁶

A Lei Pelé reitera a natureza privada e autônoma das entidades desportivas, conferindo-lhes a prerrogativa de auto-organização¹⁷. O Art. 18, inciso II, ainda confere às entidades de administração do desporto a competência para "organizar, dirigir e regulamentar as competições". Em nenhum momento a Lei Pelé subordina a existência ou o reconhecimento de uma entidade desportiva nacional a critérios alheios à sua própria organização ou à sua finalidade estatutária, especialmente para fins de legislação sobre armas.

II.3. Da Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento):

O Estatuto do Desarmamento é a lei que estabelece as normas sobre registro, posse, comercialização de armas de fogo e munição no Brasil¹⁸. É uma lei de segurança pública, e a competência para legislar sobre material bélico é privativa da União. Contudo, sua regulamentação não pode invadir esferas de autonomia constitucionalmente garantidas, como a desportiva.

II.4. Do Decreto nº 11.615/2023 (Compilado com Decreto nº 12.345/2024):

Este decreto regulamenta o Estatuto do Desarmamento¹⁹. A controvérsia reside no **Artigo 2º, inciso XXXIX**, que define "Confederação ou Liga Nacional":

*“XXXIX - Confederação ou Liga Nacional - organização esportiva que administra e regula a modalidade de tiro desportivo em âmbito nacional, que tenha sido registrada pelo órgão fiscalizador, por meio de CR, e atenda aos critérios estabelecidos em ato conjunto do Ministro de Estado do Esporte e do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública;”*²⁰

Outros dispositivos relevantes do decreto incluem:

- Art. 35: A concessão de CR para atirador desportivo exige filiação a entidade de tiro e comprovação de no mínimo oito treinamentos ou competições em clube de tiro a cada doze meses²¹.
- Art. 38-A a 38-H: Detalha os requisitos e prerrogativas para atiradores desportivos de alto rendimento, incluindo limites de armas e munições, GTEs e classificação mínima.

II.5. Da Portaria Interministerial MESP/MJSP nº 30/2025:

Esta portaria é o "ato conjunto" referido no Decreto nº 11.615/2023²³. Ela estabelece os critérios para o reconhecimento de confederações e ligas nacionais de tiro desportivo **para fins de atestar alto rendimento**²⁴. Os critérios incluem:

- Registro regular e personalidade jurídica.
- Reconhecimento pela International Shooting Sport Federation (ISSF) ou International Practical Shooting Confederation (IPSC)²⁵.

- Natureza sem fins lucrativos²⁶.
- Comprovação de atividades **exclusivamente relacionadas à prática do tiro desportivo de alto rendimento**²⁷.
- Exigência de que a liga nacional esteja vinculada a uma confederação reconhecida²⁸.
- Possuir código de ética que estabeleça princípios de conduta impostos pelo Estado, incluindo vedações genéricas de "proselitismo político" e "práticas de intolerância"²⁹.
- Para reconhecimento de resultados em ranking nacional, a competição deve ocorrer em evento presencial, simultâneo, em local único e com participantes de todas as cinco regiões do Brasil³⁰.

II.6. Da Portaria nº 166 COLOG/C Ex, de 22 de dezembro de 2023:

Esta Portaria aprovou as Normas para a Gestão de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) nas atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça excepcional³¹. Ela estabelece as definições e requisitos para diversas atividades, incluindo o que é considerado um "atirador desportivo"³².

II.7. Da Portaria nº 260 COLOG/C Ex, de 9 de junho de 2025:

Esta portaria **altera** as Normas de Gestão de Produtos Controlados pelo Exército aprovadas pela Portaria nº 166-COLOG/2023³³. Pontos relevantes incluem:

- Reforça a exigência de comprovação de no mínimo oito treinamentos ou competições em clube de tiro a cada doze meses para atiradores desportivos³⁴. A falta dessa comprovação pode levar ao cancelamento do CR³⁵.
- Classifica os atiradores desportivos em níveis (1, 2 e 3) com requisitos específicos de treinamentos e competições para cada nível³⁶.
- O § 2º do Art. 95 ³⁷ (incorporado pela Portaria 260) do Decreto 11.615/2023, vincula atiradores de alto rendimento (definidos no Art. 2º, XXXVI do Decreto e na Portaria 30/2025) a critérios e requisitos adicionais estabelecidos nesses atos normativos para a manutenção de sua condição.
- Determina que Confederações ou Ligas Nacionais devem disponibilizar eletronicamente o calendário nacional de competições e o ranking nacional de atletas, aferidos anualmente³⁸.

II.8. Da Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (UNESCO/2015):

O Brasil é signatário desta Carta, que reconhece o esporte como direito fundamental de todos os seres humanos, garantindo a inclusão, acessibilidade, respeito à diversidade de modalidades e liberdade de organização³⁹. A Carta condena obstáculos burocráticos que restrinjam o acesso pleno ao esporte e comprometam o direito de alcançar níveis de realização conforme as capacidades dos atletas⁴⁰.

III. ANÁLISE CRÍTICA E CONFLITO NORMATIVO

A articulação entre o Decreto nº 11.615/2023, a Portaria Interministerial nº 30/2025 e as Portarias COLOG nº 166/2023 e nº 260/2025 gera um **grave conflito com a autonomia desportiva** e os princípios da Constituição Federal e da Lei Pelé, além de contrariar compromissos internacionais do Brasil.

III.1. Excesso do Poder Regulamentar e Inovação Normativa:

Decretos e Portarias devem regulamentar a lei, não inová-la. O Art. 2º, XXXIX do Decreto 11.615/2023⁴¹, ao definir "Confederação ou Liga Nacional" e condicionar seu status aos "critérios estabelecidos em ato conjunto" (Portaria 030/2025)⁴², cria uma exigência para o próprio reconhecimento de uma entidade desportiva como "nacional" para fins do decreto, e não apenas para a concessão de benefícios específicos. A Lei 10.826/03 não outorga ao Executivo a prerrogativa de definir ou estabelecer requisitos para o reconhecimento geral de entidades desportivas nacionais, matéria regida pela Lei Pelé e pela CF/88⁴³.

III.2. Violação dos Princípios da Soberania e Autonomia (Art. 2º, I e II, Lei Pelé; Art. 217, I, CF/88):

A Portaria nº 30/2025, ao exigir filiação compulsória a entidades internacionais como ISSF ou IPSC⁴⁴ para o reconhecimento de Confederações ou Ligas Nacionais, viola o princípio da soberania desportiva nacional (Art. 2º, I, Lei Pelé)⁴⁵. Essa imposição de vínculo obrigatório a organismos estrangeiros extrapola os limites regulamentares e restringe o pluralismo organizacional e a liberdade de associação esportiva⁴⁶.

A autonomia das entidades desportivas (Art. 217, I, CF/88; Art. 2º, II, Lei Pelé)⁴⁷ é frontalmente violada. Impor o requisito de que as entidades sejam "sem fins lucrativos"⁴⁸ colide com o Art. 13, parágrafo único, da Lei Pelé, que admite a participação de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos no Sistema Nacional do Desporto⁴⁹. Exigências como a vinculação de ligas a confederações⁵⁰ e a imposição de códigos de ética com conteúdo estatal, incluindo proibições genéricas de "proselitismo político" e "práticas de intolerância"⁵¹, configuram ingerência indevida na estrutura interna e nos estatutos das entidades. A portaria também obsta a faculdade de filiação direta de atletas (Art. 16, § 3º, Lei Pelé)⁵².

III.3. Violação dos Princípios da Democratização e Liberdade (Art. 2º, III e IV, Lei Pelé; Art. 5º, XVII e XX, CF/88):

A Portaria nº 30/2025 impõe requisitos excessivamente restritivos para o reconhecimento de competições de alto rendimento (presencial, simultânea, em local único, com atletas de todas as cinco regiões do país)⁵³. Essas exigências inviabilizam a ampla participação de clubes, federações regionais e atletas com menor poder econômico ou logístico⁵⁴, configurando grave ofensa ao princípio da democratização do acesso ao desporto⁵⁵.

Ao condicionar o reconhecimento esportivo e o acesso a prerrogativas legais (como ranking e guias de tráfego) à vinculação com uma estrutura autorizada pelo Poder Público, a norma cria um "monopólio institucional ideologicamente orientado"⁵⁶, restringindo a pluralidade e a liberdade individual e associativa no

desporto (Art. 5º, XVII e XX, CF/88)⁵⁷. Trata-se de uma "obrigação estatal disfarçada" que deslegitima outras entidades autônomas⁵⁸.

III.4. Violação ao Princípio da Descentralização (Art. 2º, X, Lei Pelé):

A Portaria nº 30/2025 e a Portaria COLOG nº 260/2025, ao concentrarem as competências de reconhecimento desportivo em entidades nacionais vinculadas a organizações internacionais ⁵⁹ e ao exigir a disponibilização de calendários e rankings nacionais ⁶⁰, promovem um modelo verticalizado e centralizador⁶¹. Isso ignora e esvazia o papel das entidades estaduais, distritais, municipais e ligas regionais, comprometendo o equilíbrio federativo e a autonomia regional⁶².

III.5. Incompatibilidade com a Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (UNESCO/2015):

A Portaria nº 30/2025 promove um modelo concentrador e verticalizado de governança esportiva, eliminando a pluralidade institucional e a autodeterminação das entidades desportivas⁶³. Ao impor obstáculos burocráticos e critérios excludentes, a portaria restringe o acesso pleno ao esporte e o direito de alcançar níveis de realização⁶⁴, além de desconsiderar modalidades tradicionais, civis e emergentes do tiro desportivo⁶⁵. Isso viola compromissos internacionais do Brasil em matéria de direitos humanos e pluralismo esportivo⁶⁶.

III.6. Repressão Indireta:

O conjunto dessas normas (Decreto 11.615/2023, Portaria 030/2025, Portarias COLOG) não apenas regulamenta, mas inviabiliza, enfraquece e marginaliza o segmento esportivo do tiro. As exigências de habitualidade para atiradores (8 treinamentos/competições a cada 12 meses para revalidação de CR)⁶⁷ e as rigorosas condições para o reconhecimento de alto rendimento configuram um instrumento velado de perseguição institucional ao esporte com arma de fogo⁶⁸.

V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, este parecer técnico conclui que o **Artigo 2º, inciso XXXIX, do Decreto nº 11.615/2023, a Portaria Interministerial MESP/MJSP nº 30/2025, e as Portarias COLOG nº 166/2023 e nº 260/2025, apresentam graves vícios de legalidade material e indícios de inconstitucionalidade.**

Esses atos normativos parecem violar diretamente:

1. **Artigo 217, inciso I, da Constituição Federal de 1988**, ao desrespeitar a autonomia das entidades desportivas.
2. **Artigos 2º (incisos I, II, III, IV e X), 13 e 16 da Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé)**, ao comprometer a soberania, autonomia, democratização, liberdade e descentralização do desporto nacional.
3. **A Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (UNESCO/2015)**, ao impor medidas desproporcionais e excludentes que restringem o acesso e a pluralidade no âmbito do tiro desportivo.

A conjugação desses dispositivos legais e infralegais cria um cenário de excesso de poder regulamentar, inovando a ordem jurídica e criando obstáculos não previstos em lei para o pleno exercício das atividades desportivas.

Recomenda-se, portanto, a imediata revisão, suspensão ou questionamento judicial das Portarias Interministeriais MESP/MJSP nº 30/2025, Portaria nº 260 COLOG/C Ex, de 9 de junho de 2025, e dos dispositivos conexos do Decreto nº 11.615/2023. Isso se faz necessário para restaurar a legalidade, a liberdade esportiva e o respeito aos princípios que regem o esporte como direito fundamental, bem como para preservar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil perante a comunidade global⁶⁹.

As entidades afetadas devem buscar todas as vias administrativas e judiciais cabíveis para garantir o pleno exercício de sua autonomia e a proteção dos direitos dos atiradores desportivos.

São Paulo, 10 de junho de 2025

MARCELO GARCIA BARAZAL

Advogado

OAB/SP 314.848